

ARTICULAÇÃO ENTRE LÍNGUA, HISTÓRIA E IDEOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO “GAROTA DE PROGRAMA” NA MÍDIA*

(Interaction between language, history and ideology: the construction of the subject "girl of program" in the media)

BARBOSA, Romilda Meira de Souza**

1. Introdução

Ao observar a proliferação de discursos sobre a sexualidade, oferecendo uma explicação para o lugar que o sexo ocupa na cultura ocidental e o porquê de tanta curiosidade sobre o assunto, Foucault declarou que “no sexo está a verdade e é nele que o sujeito se conhece” (FOUCAULT, 1982, p. 4). Se para o indivíduo constitui uma problemática conhecer-se por meio do sexo, representa também uma preocupação saber o discurso de pessoas mediante esse domínio, em particular, as que vivenciam o sexo de maneira diferente, tais como as “prostitutas”.

Considera-se que, ao contrário do que se discursou na Idade Média: “venda do corpo” pela necessidade de sobrevivência, hoje, se registra (mediante depoimentos, livros, entrevistas) crescente número de mulheres jovens, com histórico familiar e escolar de elite⁴ que afirmam terem optado pela prostituição por “ vaidade”, “vocação”, ou por “quererem” circular pelo mundo do *glamour*⁵.

Entretanto, discorrer sobre esse assunto demanda critérios, em virtude da complexidade desse campo do saber. Torna-se necessário referenciá-lo a vários espaços, dentre eles, sociedade e história. O trabalho com a materialidade discursiva (enunciado), como proposto por (PÊCHEUX, 2006), favorece a relação discurso, história e língua; trabalha a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambos, o processo de compreensão.

Visto que a Análise de Discurso não é uma teoria pronta (MALDIDIER, 2003), metodologicamente, foram adotados os seguintes procedimentos: recorte de enunciados significativos para atendimento das necessidades da análise em veículos diversificados, a saber, revistas *Isto é*, *Caros Amigos*, *Época* e livro *O doce veneno do escorpião*, o que resultou na formação de um banco de dados de onde se retiraram 08 enunciados para se observar a heterogeneidade do sujeito da prostituição no discurso midiático.

* Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada: “Garota de programa”: acontecimento discursivo, defendida no Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras – UFMS – Três Lagoas – MS, sob orientação da Prof^a. Dra. Claudete Cameschi de Souza.

** Profa. Msc. na Rede Estadual de Ensino de MS.

2. Análise de Discurso: mapeando conceitos

A **Análise de Discurso** de linha francesa – AD – nascida em 1969, diferentemente da lingüística e das ciências sociais, focaliza a linguagem em seu funcionamento, o sujeito em interação, (re)produzindo sentido por meio da linguagem em dada situação e contexto histórico. Dessa forma, concebe a relação entre história, sujeito e linguagem, num complexo de que decorre a produção de sentidos.

O sujeito do discurso institui-se à medida que se estabelecem as relações de sentido. O sentido não está nas palavras, as significações são instituídas à medida que ocorre a interação entre os interlocutores e que o sujeito se desidentifica no interior do discurso. Daí ser possível considerar, juntamente com (PÊCHEUX, 1997) e (ORLANDI, 2005, p. 21), que o **discurso** é, antes de tudo, “efeito de sentido entre locutores”, os quais representam lugares na estrutura social. O **sujeito** não é apenas um ser diferente, não-empírico e não-coincidente consigo mesmo, mas materialmente dividido desde sua constituição, assujeitado à língua e à história. Assume **posição-sujeito**, representa lugares sócio-históricos situados e institucionalmente determinados, de modo que sua liberdade de atribuição de sentido ao enunciado é comprometida, porque ele se assujeita às determinações das formações ideológicas a que pertence.

Pêcheux, ao apresentar os pressupostos de uma teoria materialista do discurso, diz que a função principal da **ideologia** é a de produzir um mascaramento do sujeito, uma idéia de evidência “subjética”, entendendo-se “subjéticas” como evidências nas quais o sujeito se constitui. O autor retoma o conceito que (ALTHUSSER, 1974) desenvolvera no materialismo: “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 163), para desenvolver a noção da ilusão do sujeito pela teoria dos **dois esquecimentos**, de onde derivou a questão da heterogeneidade do sujeito.

Assim, o sujeito tem a ilusão de não só estar na fonte do sentido (esquecimento número 1, da ideologia), como também de ser o dono de sua enunciação, capaz de dominar as estratégias discursivas para dizer o que quer (esquecimento número 2, da enunciação). Ilusão porque os sentidos não nascem no sujeito, nem são evidentes, o sentido é um efeito ideológico: as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas (FD) postas em relações.

O que distingue as FDs umas das outras é o modo como elas se relacionam com a formação ideológica, esta comporta uma ou mais **formações discursivas**, compreendidas por (PÊCHEUX, 1988, p. 160), como determinantes do “que pode e deve ser dito (articulado sob

a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada”.

Segundo (ORLANDI, 2005), todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o vertical, constituição dos sentidos, do “dizível”, todos os dizeres já ditos e esquecidos, relaciona-se à memória discursiva, e o eixo horizontal: a formulação, a atualização do dizer. No processo de produção do discurso, a “constituição” determina a “formulação”, ou seja, o interdiscurso determina o intradiscurso.

O **interdiscurso** é entendido como “o todo complexo com dominante” das FDs que designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as relações de dominação, subordinação e contradição, (PÊCHEUX, 1988, p.162). Ele determina o sujeito impondo-dissimulando seu assujeitamento sob a aparência da autonomia.

Pêcheux também compreende o interdiscurso como fonte da memória, onde ressoa *uma voz sem nome*, que é exterior ao sujeito, e confirma a idéia de que o ideológico fala pelo sujeito: este é assujeitado às falas ideológicas que lhe pré-existem, porém existe uma abertura possibilitando-lhe o posicionamento em relação ao interdiscurso e o deslocamento do “já-dito”. Para ele, as posições-sujeito no interdiscurso regulam o próprio ato da enunciação.

Os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir aquilo que é característico de um determinado processo histórico, em uma memória coletiva. Assim, pensar discursivamente a prostituição implica analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem. A historicidade, que se conjuga com a língua, é efeito de processos sócio-históricos que são constitutivos do sujeito do discurso.

3. A prostituição no cenário brasileiro

Na história oficial brasileira, a prostituição, embora uma constante desde a Colônia, apareceu como objeto das ciências sociais em trabalhos que a focalizam a partir da segunda metade do século XIX, nos grandes centros: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Dessa forma, a produção historiográfica da prostituição esteve secundária a uma série de imaginários, comportamentos de época e regionalismos. Para Mazzeiro (1998), no Brasil, a prostituição com as características atuais resultou do desenvolvimento urbano e industrial do século XIX.

Paralelamente ao crescimento urbano, foram criados mecanismos de controle da prostituição sob a égide da moral e combate ao lenocínio e proxenetismo. De acordo com (PEREIRA, 1976, p. 104), “após a Primeira Guerra Mundial, precipitou-se uma corrente

imigratória de carne humana para os prostíbulos da América do Sul”, na artéria Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires. Entre 1908-1930, centenas de européias aportaram no Brasil. A estrangeira era bem cotada na sociedade brasileira, como relatou Mário de Andrade no romance *Amar, verbo intransitivo*.

De 1932 em diante, a situação mudou no Brasil, pois as fronteiras se fecharam à entrada de estrangeiras, daí uma crescente valorização do “produto” nacional, fortalecida pelo contexto. A expansão dos meios de transporte, sobretudo aéreos, a simplificação das formalidades administrativas e policiais para favorecimento do turismo no país criaram condições ideais para a formação de um sistema de circuito interno, que alcançou seu ápice em 1976: o recrutamento de prostitutas pela faceta dos balés. Dirigido por nacionais ou estrangeiros, saltando de cidade em cidade com um público distinto de “meninas”, o balé driblava a fiscalização e possibilitava que as “artistas” ficassem pelo caminho com os clientes. Os circuitos, promovidos por indivíduos de alto nível econômico (cafetão profissional) conseguiam clientela selecionada (de poder aquisitivo) e mascaravam, pelo artifício de espetáculos, a finalidade verdadeira dos estabelecimentos: a prostituição (PEREIRA, 1976, p. 115-119).

Dessa forma, enquanto a preocupação das autoridades centrava-se nas mulheres do *trottoir*, lançando-as à cadeia, conforme exigia a opinião pública, o comércio sexual se fortalecia e se desenvolvia no país. O Capítulo V e os respectivos Artigos 227-231 do Código Penal Brasileiro vigente (Decreto-lei nº 2.848, de 7-12-1940), referentes aos crimes contra os costumes, cuidando de atividades ligadas ao aliciamento, favorecimento, manutenção de casa de prostituição, rufianismo e tráfico de mulheres, usualmente eram aplicados pelas autoridades para a detenção de profissionais do sexo, embora a prostituição em si mesma não constitua crime no Brasil (ÂNGELO, 1982, p. 32-40).

O país aderiu, em 1958, à Convenção de *Lake Success* - de 1950, contra atitudes discriminatórias em relação às meretrizes. Ao avaliar o regime de escravidão a que se submetiam as prostitutas e os altos lucros concentrados nas mãos de estrangeiros administradores de prostíbulos, o governo fluminense proibiu a cafetinagem e organizou a “República do Manguê”, em que o cargo de gerente era conferido à própria prostituta, em caráter rotativo (PEREIRA, 1976, p. 143). Criou-se um cafetismo oficial: as meretrizes trabalhavam em bordéis sob a gerência de uma prostituta de confiança da polícia.

Em 1979, em protesto contra a violência policial, organizou-se a primeira passeata de prostitutas brasileiras, na Praça da Sé, em São Paulo, segundo Gabriela Leite⁶. A eclosão da AIDS (1980-90) “estreitou” a relação governo-prostituta para controle do “grupo de risco”

que representavam. Em 1997, a Comissão de Trabalho, na Câmara dos Deputados, analisou o Projeto de Lei 3436/97 do deputado Wigberto Tartuce (PSDB-DF) que propunha a definição de regras para o exercício da atividade e a garantia do direito à aposentadoria pelo INSS, às profissionais do sexo brasileiras⁷. Mas outro projeto, 98/2003, que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime do Código Penal os Artigos 228, 229 e 231, defendido pelo movimento organizado de prostitutas e encaminhado pelo deputado federal Fernando Gabeira (PV)⁸, recebeu parecer contrário da Câmara, em 2007, mesmo ano em que o Ministério da Cultura liberou aproximadamente quatro milhões de reais para a produção cinematográfica da biografia de uma “garota de programa”⁹.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao atualizar a Classificação Brasileira de Ocupações em virtude das alterações estruturais no setor trabalhista brasileiro, configurou a família 5198 para a prostituição, em 2002. Salienta-se que a CBO se constitui documento normalizador: reconhece, nomeia e descreve as ocupações do mercado de trabalho; referência para a política de trabalho do país: estatísticas de emprego-desemprego, planejamento, elaboração de currículos, educação profissional e intermediação de mão-de-obra. Para a CBO, “ocupação” é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares; “trabalho” é conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício; “especialização” relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de ocupação, como se registra no *site* oficial do MTE.

Já em 2001, o Ministério da Saúde patrocinou a Universidade de Brasília (UNB)¹⁰ e nove ONGs para traçarem o perfil da prostituta brasileira, o que revelou: a maioria é jovem, não completou o ensino fundamental, trabalha em ruas, bares e boates para receber, em média, de um a quatro salários mínimos por mês e procura, por todas as formas, esconder o que faz, dado o preconceito social que enfrenta.

Outro estudo¹¹, em fase de conclusão em 2008 desenvolvido pela Fumec (Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Educação) traça o perfil econômico e psicológico de prostitutas de Belo Horizonte e faz projeções para todo o país: estima-se que o Brasil possua 1,5 milhões de prostitutas, dos quais 4% são analfabetas, 70% têm só o ensino fundamental e 8% compõem o grupo de mulheres para quem o nome prostituta é uma ofensa, grupo afinado no discurso da “venda de programas” para satisfação da libido alheia. Investe alto na imagem e exige fino trato; um curso superior garante pontos extras no quesito “eu sou melhor que você”, salienta o psicólogo Emerson Tardieu, um dos coordenadores da pesquisa.

Observam-se ainda, no Brasil atual, prostitutas que se destacam na mídia, ao escrever livros, criar *sites* pagos e lançar grife de moda erótica, tais como Vanessa de Oliveira, Bruna Surfistinha e Mônica Mattos¹² – esta ganhou o prêmio de melhor atriz estrangeira no *AVN Awards*, o “oscar da pornografia” realizado em Las Vegas, em janeiro de 2008. Um considerável número de prostitutas brasileiras participa de associações, redes nacionais e internacionais, realiza encontros, simpósios, congressos e movimentos. Por exemplo, em 2005, a ONG *Davida* e a Rede Brasileira de Prostitutas lançaram a *Daspu* – grife para várias situações do cotidiano, inspirada na moda da prostituta e também por ela confeccionada, evento amplamente divulgado na mídia.

Em síntese, a exterioridade, constitutiva do discurso, marca um deslocamento da existência do “outro” nas sociedades, o que promove deslizamentos de sentidos ao longo da história (PÊCHEUX, 2006). No Brasil, a prostituição sofre preconceitos, mas observa-se interesse oficial em ressignificá-la, mediante programas de prevenção e tratamento a DST/Aids, os quais mascaram a motivação pecuniária do Governo, uma vez que a indústria do sexo movimenta milhões. Em se tratando de atividade informal, representa, também, milhões que deixam de ser arrecadados pelos cofres públicos dada a falta de desconto de imposto de renda, INSS, taxas sindicais e plano de saúde. A história da prostituição no país apresenta discursos sobrepostos à esfera do sanitarismo e da inclusão social, discursos da ordem trabalhista, institucional, cultural e, sobretudo, econômica.

4. Heterogeneidade do sujeito da prostituição

Com o objetivo de observar a heterogeneidade do sujeito, segue-se um recorte de enunciados por revelarem diferentes formas de funcionamento do enunciado dividido no discurso *da* prostituta na mídia. Conforme teorizou Courtine (apud CAZARIN, 2000, p. 177), o enunciado dividido caracteriza-se pela “não comutabilidade de elementos” e pela presença de antagonismo, ou seja, num mesmo enunciado estão discursos em confronto, logo, sujeitos distintos.

Primeira seqüência enunciativa cujo confronto marca-se pela estrutura:

Não é X ... é Y:

(01) “Não me considero prostituta. Para os meus clientes, sou psicóloga, orientadora sexual, mãe, amiga, massagista e guia turístico” (ISTOÉ¹³ B¹⁴, 21/09/05).

(02) “Não vou trabalhar de secretária e ganhar R\$ 300 por mês. Minha família sabe que sou garota de programa. Eles sabem que eu sou uma pessoa normal, que acorda de manhã e escovo os dentes. Não me julgam mal.” (ISTOÉ¹⁵ P¹⁶, 23/10/97).

(03) “As garotas que vi por lá não tinham nada de anormal, não tinham “puta” estampado na testa, nem ficavam na porta se oferecendo a quem passasse” (DVE¹⁷, BS¹⁸, 2005, PP. 23).

Nessa seqüência, parafraseando os enunciados, observa-se formação discursiva afirmativa:

Prostituta é psicóloga e amiga (E 01);

Prostituta é uma pessoa normal (E 02,03).

Negações produzidas:

Prostituta não é psicóloga, secretária (que ganha pouco) e amiga (para “fazer cortesia”, fazer sexo de graça) (E 01);

Prostituta não é uma pessoa normal (E 02,03).

Nos enunciados, nota-se um movimento de negação do outro generalizado pelo marcador discursivo “não”. Esse termo nega o discurso outro tornando explícita a relação antagônica entre duas posições-sujeitos inscritas em diferentes formações discursivas.

Para considerar a heterogeneidade de sujeito é necessário apontar que Bakhtin (1992) teorizou o dialogismo como condição de existência do discurso, ou seja, segundo ele, todo discurso tem dentro de si outros discursos, com os quais dialoga. (AUTHIER-REVUZ, 1990), partindo de conceito de polifonia e dialogismo bakhtinianos, desenvolveu os conceitos de heterogeneidade mostrada e constitutiva.

Nessa perspectiva, o operador “não” mostra, marca que no discurso existe um enunciado afirmativo, o qual pode ser recuperado por meio da memória discursiva. O sujeito recupera o discurso outro, no interdiscurso, de forma negativa, para apresentar outro enunciado pertinente à formação discursiva afirmativa. Dessa forma, estabelece-se uma tensão entre posições distintas de sujeito, que confrontam duas FDs no mesmo discurso. Nega-se/afirma-se numa intensa contradição, o que produz um duplo efeito de sentido. O sujeito apresenta uma outra posição-sujeito e busca desqualificar o discurso-outro via negação/afirmação.

Conforme (PÊCHEUX, 2006, p. 55), esse “discurso-outro marca, do interior dessa materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico”.

Retomando E (03): “As garotas que vi por lá não tinham nada de anormal, não tinham “puta” estampado na testa [...]” e E (02): [...] sou garota de programa. “Eles sabem que eu sou uma pessoa normal, que acorda de manhã e escovo os dentes”, depreende-se que, ao definir-se como “normal”, a posição-sujeito “garota de programa” visa desvencilhar-se da carga semântica estigmatizada do termo “puta”. Um dos efeitos de sentido é que esse sujeito

manifesta preconceito para com o sentido de “puta”. Reconhece-a como sujeito que lhe é inferior, estigmatizado. Se a “garota de programa” é “normal”, não tem “puta estampado na testa”, a “puta” é anormal, na concepção desse sujeito. Para o sujeito “garota de programa”, reconhecer-se como “puta” é atribuir a si o caráter de anormalidade, diga-se, de “mal-social”. difundido no período vitoriano em justificativa à perseguição e punição de prostitutas (ROBERTS, 1998). A memória discursiva acionada nesse discurso não é interessante para a prostituta moderna, em constante necessidade de inovações em sua esfera mercadológica, dada a necessidade de concorrência no contexto de extremo consumismo da pós-modernidade (JAMESON, 2004).

Esse sujeito objetiva, mediante novas designações, identificar-se com o diferente, negando o “outro” para diferenciar-se, ressignificar-se de modo positivo, o que está reiterado nos demais enunciados 04,05,06:

(04) “[...] não quero ter um registro profissional como prostituta, uma marca que fica para o resto da vida” (ISTO É, MA¹⁹, REP, 23/10/97).

(05) “Seríamos discriminadas toda vez que mostrássemos os documentos” (ISTO É, SG²⁰, REP, 23/10/97).

(06) “Prostituta só tem doença sexualmente transmissível, ela não é mulher” (RCA²¹, GL²² JAN/06, PP 29).

Numa outra seqüência, objetiva-se observar outro modo de confronto de formações discursivas antagônicas co-existentes num mesmo enunciado, que marcam a heterogeneidade do sujeito da prostituição.

Observa-se a seguinte estrutura:

Não é X..., (mas) é Y:

(07) “Não faço programa por dinheiro, mas por vocação” (RE²³, SS²⁴, JAN/06, PP 44).

(07) “Não sou ninfomaniaca, mas gosto de sexo” (ISTO É, MA²⁵, REP, 23/10/97).

Também (MAINGUENEAU, 1997), retomando as considerações de Bakhtin sobre o dialogismo, (re)afirma uma das principais concepções da AD francesa: o primado do interdiscurso. Todo discurso se constitui em relação a outros, aos quais retoma para confirmar, responder, refutar, mesmo sem marcas, o que instituiu a heterogeneidade constitutiva do discurso.

Tomando por base o discurso literário, onde o “outro” marca-se de modo mais visível, (MAINGUENEAU, 1996, p. 66) distinguiu o “mas” argumentativo do refutativo, atribuindo maior importância a este, uma vez que “supõe a encenação num movimento enunciativo único de uma espécie de diálogo que associa negação e refutação”.

Pode-se interpretar, nos enunciados (07,08,04), que o “mas” é refutativo. Há uma relação de oposição no enunciado introduzida pelo conector “mas”, marcando uma retificação do discurso outro. O sujeito nega/retifica/afirma sua posição.

Consideram-se as respectivas paráfrases de E (07,08):

Não é por ganância ..., mas é por vocação profissional;

Não é por patologia..., mas é por prazer;

Dessa forma, o sujeito do discurso da prostituição contemporânea, na mídia, ao refutar o discurso da posição sujeito da FD “prostituição como problema”, para mostrar a seu interlocutor a pertinência do discurso da FD: prostituição como liberdade profissional, manifesta-se cindido, heterogêneo e assujeitado às determinações ideológicas do contexto pós-moderno, em que toda relação está marcada pelo mercadológico; tudo são mercadorias, inclusive, a cultura, os corpos e os desejos sobre eles.

4. Considerações finais

O sujeito da prostituição na mídia afirma sua condição mediante a negação de seu estado. Nesse aspecto, são comuns em seu discurso seqüências de enunciados divididos, que permitem compreender seu caráter heterogêneo e o funcionamento da categoria de contradição de uma FD. Esse sujeito nega o discurso-outro para atribuir-se o título de profissional, inscrevendo-se na FD da prestação de serviço social, na esfera do lazer e do conhecimento.

Negação/afirmação coexistem nas FDs do discurso da prostituta na tentativa de exprimir uma realidade em contraposição com a aparência, ou para ratificar sua identificação com o modelo apregoado pela mídia, na busca de significação positiva de seu papel e sua instauração no discurso capitalista, em que a receita é o lucro. Condiciona-se ao atendimento de necessidades mercadológicas pós-modernas, dentre elas, a existência de um “bem de serviço de qualidade” para a satisfação de consumidores exigentes, devido às DST, em especial, a Aids.

5. Referências:

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 8. ed. [Trad. De J.J. Moura Ramos] Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

ANGELO, Assis (et alii). *A prostituição em debate*. São Paulo:Edições Paulinas, 1982.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p.25-42, Campinas: Unicamp, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. [Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira]. São Paulo: Hucitec, 1992.

CAZARIN, Ana Ercília. O confronto entre duas posições sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado lingüisticamente pelo enunciado dividido. In INDURSKY, Freda & CAMPOS, M. do Carmo (orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000, pp 176-187.

FOUCAULT, M. *O diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. [Trad. Maria Elisa Cevalco]. São Paulo: Ática, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. [Trad. Marina Appenzeller]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Novas tendências em análise de discurso*. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (re)ler Pêcheux hoje*. [Tradução Eni P. Orlandi] – Campinas: Pontes, 2003.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos – São Paulo 1870-1920. In *Revista Brasileira de História*. Vol.18, n. 35, São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/csielo.php?pid=S010201881998000100012&script=ciartt_ext-108k> Acesso em 12/01/08.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [Trad. Eni P. Orlandi et al]. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69), F & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997, p. 61-161.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. [Trad. Eni Pulcinelli Orlandi]. Campinas, SP: Pontes, 2006

PEREIRA, Armando. *Prostituição, uma visão global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas S.A., 1976.

ROBERTS, Nickie. *Prostitutas na história*. [Trad. Magda Lopes]. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

6. Notas

⁴ Em Sociologia, minoria que detém o prestígio e o domínio sobre o grupo social.

⁵ Charme pessoal; encanto; magnetismo, segundo Dicionário Eletrônico Houaiss, 2001.

⁶ LEITE, Gabriela. *Caminho aberto para a puta cidadã*. Disponível em <<http://www.beijodarua.org.br>>. Acesso em 23/05/07.

⁷ Proposições da autoria, relatadas. Deputado Inativo Wigberto Ferreira Tartuce Disponível em <[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Inativo_Detalhe.asp?id=435 - 4k](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Inativo_Detalhe.asp?id=435-4k)> Acesso em 08/03/07.

⁸ LENZ, Flavio. *Derrota na Câmara*. Disponível em <<http://www.beijodarua.org.br>>. Acesso em 12/12/07.

⁹ FERRARO, Denerval. *Uma mulher de negócios*. Revista *Época*, Ed. 479, p. 117, 23/07/07.

¹⁰ *O retrato da prostituta brasileira*, pesquisa publicada em abril-2002, disponível em <<http://www.beijodarua.org.br>>, acesso em 17/08/07.

¹¹ GÓES, Dalila. *Garotas do Brasil*. Disponível em <http://www.oblatas.org.br/artigos_detalhes.asp?>. Acesso em 05/03/08

¹² SAMPAIO, Paulo. Atriz de Guaianases ganha, em Las Vegas, o ‘Oscar’ da pornografia. Cotidiano. Jornal *Folha de São Paulo*, 16/03/08, p. C8.

¹³ VILAS, J. e MIRANDA, R. Prostituição: Moças de fino trato. Revista *Isto É*, ed.nº. 1875, 21/09/05.

¹⁴ “Bianca, nome de guerra da gaúcha de 21 anos, loira, 1,73 m e 63 kg”.

¹⁵ TRINDADE, Eliane. Microempresárias do Sexo. *Isto É especial*, ed.nº.146416, 23/10/97.

¹⁶ “Patrícia, brasiliense, 18anos, garota de programa.”

¹⁷ PACHECO, Raquel. *O doce veneno do escorpião*. 5. São Paulo: Panda Books, 2005.

¹⁸ Bruna Surfistinha.

¹⁹ “Ex-bancária Marina, paulista, 26 anos, *stripper*”.

²⁰ “Solange Gomes, 37 anos, que atua como prostituta no centro de Belo Horizonte há 15 anos.”

²¹ CAROS AMIGOS, Revista mensal. Curitiba/PR: Editora Casa Amarela, ano IX, nº. 106, jan. 2006, p. 28-31.

²² Gabriela Leite, ex-prostituta, fundadora da ONG *Davida* e idealizadora da marca *Daspu*, responde à entrevista.

²³ RUBIN, D. e AZEVEDO, S. Bruna & sua tribo. *Revista Época*, ed.nº. 402, 30/01/06.

²⁴“Satiny Sehn, 18 anos, garota de programa.”

²⁵ “Ex-bancária Marina, paulista, 26 anos, *stripper*”